

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2017

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.080.478.911,73	0,00
Pessoal Ativo	884.709.253,62	
Pessoal Inativo e Pensionistas	195.769.658,11	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	200.825.810,05	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	702.894,30	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	74.361,14	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	4.134.060,72	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	195.914.493,89	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	879.653.101,68	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.788.008.131,58	100,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	1.788.008.131,58	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	879.653.101,68	49,20
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	965.524.391,05	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	917.248.171,50	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	868.971.951,95	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2017****Período de referência: 3º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	210.818.888,33	201.390.424,57	175.966.119,70	337.707.244,51
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	40.919.264,56	39.745.124,29	36.217.927,23	273.484.365,66
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	40.890.205,83	39.716.065,56	36.188.868,50	33.793.549,84
Internos	40.890.205,83	39.716.065,56	36.188.868,50	33.793.549,84
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	29.058,73	29.058,73	29.058,73	230.063.248,79
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				198.148.493,39
De Demais Contribuições Sociais				31.914.755,40
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira	29.058,73	29.058,73	29.058,73	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	9.627.567,03
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	86.934.593,27	86.899.138,67	71.186.727,20	64.222.878,85
Outras Dívidas	82.965.030,50	74.746.161,61	68.561.465,27	0,00
DEDUÇÕES (II)	353.107.610,60	524.271.923,85	747.187.071,03	543.425.865,79
Disponibilidade de Caixa	283.021.414,16	397.785.974,29	409.039.632,33	454.786.930,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	286.028.604,63	400.796.636,36	412.050.294,40	474.847.381,01
(-) Restos a Pagar Processados	3.007.190,47	3.010.662,07	3.010.662,07	20.060.450,31
Demais Haveres Financeiros	70.086.196,44	126.485.949,56	338.147.438,70	88.638.935,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.798.500.558,19	1.801.582.754,45	1.818.080.293,79	1.788.088.131,58
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	11,72	11,18	9,68	18,89
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)				
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial				
Insuficiência Financeira				
Depósitos				
RP Não-Processados				
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valores Percentuais												

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios

Item	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total	

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL				
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)				
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	2.335.771,01	6.174.369,45
Interna	2.335.771,01	6.174.369,45
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	2.335.771,01	6.174.369,45
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (I)	2.335.771,01	6.174.369,45

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL	1.788.008.131,58	
Operações Vedadas (II)	0,00	0,00
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (III) = (Ia + II)	6.174.369,45	0,35
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	286.081.301,05	16,00
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	257.473.170,95	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	125.160.569,21	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a)-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	399.195.037,64	15.720.580,10	22.747.468,08	10.486.647,33	11.446.029,62	0,00	338.794.312,51	79.372.555,67	16.216.270,45
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação									
Transferências do FUNDEB 60%									
Transferências do FUNDEB 40%									
Outros Recursos Destinados à Educação									
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde									
Outros Recursos Destinados à Saúde									
Recursos Destinados à Assistência Social									
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário									
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro									
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	399.195.037,64	15.720.580,10	22.747.468,08	10.486.647,33	11.446.029,62		338.794.312,51	79.372.555,67	16.216.270,45
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	87.904.480,97	25.712.950,83	26.181.941,45	7.956.708,68	24.614.157,08	0,00	3.438.722,93	29.170.198,28	140.559,00
Recursos Ordinários	87.904.480,97	25.712.950,83	26.181.941,45	7.956.708,68	24.614.157,08		3.438.722,93	29.170.198,28	140.559,00
TOTAL (III) = (I + II)	487.099.518,61	41.433.530,93	48.929.409,53	18.443.356,01	36.060.186,70	0,00	342.233.035,44	108.542.753,95	16.356.829,45

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores 31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	<p>Em face da nova metodologia para análise da situação fiscal dos entes como parte da reestruturação do sistema de garantias, tecemos algumas considerações que devem ser levadas ao conhecimento de V. Senhoria, buscando aperfeiçoar os instrumentos de relacionamento fiscal entre a União e os entes subnacionais, onde destacamos: O município de João Pessoa sofreu drástica redução do FPM em 2017, no importe de 65 milhões de reais, conforme definido nas Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União referentes aos exercícios de 2016 e 2017, anexo; No período 2013-2014, João Pessoa teve uma boa notícia, o aumento da renda per capita em mais de 3 mil reais. A boa notícia trouxe, paradoxalmente, uma repercussão imediata negativa, a queda no Fundo de Participação do Município em cerca de 60 milhões de reais. O PIB per capita da capital, isto é, a soma de tudo que as pessoas economicamente ativas ganham dividido pelo número de habitantes, passou de R\$ 11.835,00 para R\$ 13.422,00 em 2014. Enquanto que o PIB per capita médio do Brasil passou de R\$ 26.446,00 para R\$ 28.500,00. Além disso, em 2017 houve um aumento considerável nos valores pagos a título de precatórios, tendo sido enviado Ofício propondo revisão de valores ao Tribunal de Justiça da Paraíba, não tendo ainda o município recebido um retorno da sua solicitação. Ante o quadro de perdas acima elencadas, o município de João Pessoa adotou as seguintes medidas, como forma de diminuir as perdas de arrecadação: a) Protesto - Instituiu-se o Protesto, através da Lei Complementar nº 104, de 30 de novembro de 2016, além de Convênio com cartórios para operacionalização. Protestar é considerada atualmente uma das mais eficientes ferramentas de recuperação de crédito com ação corretiva e preventiva, instaurando-se assim a cultura da adimplência. Considerando-se o estoque da Dívida Ativa, composto na maior totalidade em valores inferiores ao valor de alçada, 100 UFIR/JP, o que torna a recuperação através do processo de execução fiscal inviável em função da onerosidade, morosidade e baixa eficiência, sendo o instituto sem custos para a Administração Pública, além de desafogar o Poder Judiciário. Desta forma, foram priorizadas as CDA's não executadas, com valores de até R\$ 1.000,00 onde a Ação de Execução Fiscal seria inoportuna; b) Execução por lote No exercício de 2016, foram encaminhadas 3.531 petições unificadas, considerando-se o valor máximo de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), com 13.586 CDA's com processos executivos, gerando R\$ 37.834.690,00. Ainda no mesmo exercício de 2016, foram encaminhadas 4.569 petições unificadas que ainda não estavam sendo executadas, de 17.870 CDA's, gerando R\$ 31.287.666,42. Durante o exercício de 2017 e início de 2018, já foram encaminhadas 6.831 petições unificadas, com 56.234 CDA's com processos executivos, com R\$ 80.363.835,88 e 2.737 petições com 18.749 CDA's sem processos executivos, gerando R\$ 22.165.221,53; c) Refis – Foi instituído através de Lei nº 13.414, de 24 de março de 2017, anexo, incentivos temporários para a regularização de débitos com o município, abrangendo os valores vencidos de tributos, preços públicos, multas e demais receitas públicas devidas ao Município de João Pessoa, inscritos ou não em Dívida Ativa, em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial, que puderam ser recolhidos com os incentivos previstos na mesma, que teve como resultado em torno de R\$ 21.000.000,00(vinte e um milhões de reais) como receita extraordinária; d) Através Decreto nº 9.049, de 19/10/2017, anexo, está em vigor o Parcelamento de débitos de tributos, rendas ou preços públicos em até 180 meses que permitirá a regularidade fiscal de empresas com elevados débitos; e) Criada a Comissão de Análise Prévia das Unidades Financeiras, denominada CALUF, pelo Decreto nº 8.854, de 16 de novembro de 2016. Esta Comissão é formada pelos secretários das Secretarias da Administração, Finanças e Receita, com competência exclusiva para analisar e alinhar capacidade e disponibilidade financeira com a necessidade de compra de material, contratação de serviços e execução de obras no âmbito da administração direta e indireta do Município; f) Aprovação de lei para redução de prestadores; g) Controle de Parcelamento que permite um maior gerenciamento dos créditos tributários que tenham sido objeto de parcelamentos, evitando, entre outras coisas, a prescrição tributária e maior efetivação da cobrança no caso do descumprimento.</p> <p>3. RESULTADOS ALCANÇADOS Como resultado do esforço de arrecadação o município conseguiu incremento de cerca de R\$ 45.000.000,00, mesmo sem colocar integralmente todas as ações planejadas para o ano de 2017.</p> <p>4. MEDIDAS PARA 2018. a) Adequação da Lei do ISS b) Plano de Ação Serem 2018; c) Ações do João Pessoa Sustentável Para implantação dos projetos no âmbito do Programa, a Prefeitura de João Pessoa, por meio das Secretarias e órgãos envolvidos, deverá implementar um novo modelo de arrecadação e dos contribuintes, atualização de cadastro imobiliários; novo modelo de gestão de contribuintes, de cobrança e um sistema de administração tributária, de inteligência e de educação fiscal; apoio à reestruturação organizacional de órgãos públicos municipais vinculados ao Programa; capacitação dos servidores públicos municipais no âmbito da implementação da escola de governo; modernização da gestão patrimonial; aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira e contábil do município; melhoramento da gestão de compras; implementação de uma gestão financeira focada na melhoria de gastos, melhoramento do planejamento e gestão de assistência social; implementação de modelo de atuação da defesa civil municipal; aperfeiçoamento do sistema de serviços e segurança da área de tecnologia da informação; implantação de data Center e implantação de uma sala segura que cumpra com critérios de segurança internacionais, após a elaboração dos seguintes termos de referência: Secretaria de Planejamento Termos de Referência para reestruturação da área de fiscalização Secretaria de Defesa Civil Termos de Referência para revisão do modelo de gestão e dos processos de trabalho Secretaria de Infraestrutura Termos de Referência para revisão da estrutura organizacional visando unificação dos serviços de assistência UMTI .Quadro de TI de no mínimo cinco servidores concursados .Termos de Referência com especificação técnica da sala segura e data Center – centro administrativo. . Termos de Referência com especificação técnica Ambiente seguro (sala de redundância) – estação ciência. . Termos de Referência para modelo de gestão e PDTI.</p>

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
	<p>. Termos de Referência para realocação da UMTI para o prédio da SEMAM Secretaria de Administração Termos de Referência para gestão do patrimônio Controladoria .Quadro de pessoal com no mínimo 10 auditores de nível superior e 10 técnicos de nível médio concursados.</p> <p>.Termos de Referência para modelo de gestão e procedimentos e planejamento estratégico.</p> <p>Secretaria da Receita .Termos de Referência para sistema de administração tributária integrada ao sistema financeiro.</p> <p>. Termos de Referência para planta genérica de valores.</p> <p>. Termos de Referência para modelo de inteligência fiscal.</p> <p>Secretaria de Finanças Termos de Referência para sistema financeira e contábil integrado ao sistema tributário.</p> <p>d) Precatórios (2 Projetos de Lei na CMJP; Emenda Constitucional 99; Depósito Judicial; Compensação Dívida Ativa: I – Extensão do prazo para pagamento dos precatórios em até 84 meses, através do depósito mensal em conta do Tribunal de Justiça; II – Possibilidade do levantamento dos depósitos judiciais, com criação de fundo garantidor objetivando a liquidação de precatórios através de acordos diretos, onde estimamos o valor de R\$ 16.666.667,00; III – Extinção de créditos tributários ou de outra natureza com precatórios judiciais, mediante compensação, onde estimamos o valor de R\$ 10.000,00 (dez milhões de reais).</p> <p>*Foi necessário a retificação do RGF devido a instabilidades no sistema, o que provocou alterações em alguns dados.</p>

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	1.788.008.131,58
Receita Corrente Líquida Ajustada	1.788.008.131,58

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	879.653.101,68	49,20
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	965.524.391,05	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	917.248.171,50	51,30

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias de Valores	-	-	-
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	6.174.369,45	0,35
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2017

Período de referência: 3º quadrimestre

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	108.542.753,95	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.